

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 13 DE SETEMBRO DE 2000

*Senhores Ministros; Senhores representantes do setor cinematográfico; Ruth; Senhoras e Senhores,*

O Ministro Francisco Weffort já expressou, concisamente, os objetivos desse nosso decreto que, aliás, dá seguimento a muitas conversas que temos mantido no decorrer desses anos. Mais recentemente aqui, neste mesmo Palácio da Alvorada, com alguns dos que aqui estão presentes e outros mais que têm interesse pela questão do cinema nacional.

Apesar das dificuldades todas, como já assinalou o Ministro Weffort, eu mesmo me surpreendi quando olhei a relação a respeito do número de pessoas que têm freqüentado o cinema nacional, que são milhões. É muito pouco ainda, mas passamos de dois milhões e meio, para cinco milhões de pessoas. É muito pouco. Nós podíamos ter isso multiplicado, muito mais. Mostra que existe aí uma boa base de mercado para o cinema.

Aqui, esse grupo, tem uma especificidade. Claro que nós todos gostamos do cinema. Aqui, alguns, levaram a vida toda ou produ-

zindo ou dirigindo, alguns querendo ser atores, e por aí vai. Mas, na verdade, o problema maior que nós temos que enfrentar, hoje, não é a falta de pessoas interessadas no cinema, não é a falta de bons diretores, de bons artistas, não é, nem sequer, a falta de estímulo oficial, porque tem havido estímulo. Nós temos é que organizar a produção cinematográfica. É um problema que é empresarial e que diz respeito, também, não apenas a uma empresa de cinema, mas à distribuição, porque o que vai puxar, realmente, a produção, é a existência do público. E, portanto, de um conjunto de salas de exibição e uma integração grande entre o cinema e a televisão, porque isso também é fundamental nos dias que hoje correm.

Hoje, a situação do nosso produtor cinematográfico é peculiar. Ele tem aquela coceira da criação, quer fazer um filme. Ele sabe que tem uma lei de incentivo ao audiovisual. Só que ele tem que, imediatamente, vestir a carapuça de lobista dele mesmo. Tem que sair batendo de porta em porta nas empresas, para ver se as empresas estão dispostas ou não a conceder uma parte do seu imposto de renda sob a forma de incentivo, para que seja realizado um filme.

Muitas vezes, a empresa prefere outros tipos de propaganda institucional. É um direito dela. Mas o que é mais complicado é que se vê, com muita frequência – e nós todos somos testemunhas disso – atores, artistas, diretores se empenhando na obtenção de recursos, tarefa para a qual não são os mais bem dotados, porque a profissão deles não é essa.

Nós precisamos encontrar mecanismos que garantam, portanto, um desenvolvimento empresarial que tenha consistência e que permita, realmente, que haja uma relação mais normal entre o produtor cinematográfico, o artista, o empresário e o público. Uma audiência mais consistente.

Essa é a razão deste nosso encontro aqui. Nós temos que entender o cinema como uma atividade que é cultural, essencialmente, que é importantíssima, como disse o Ministro Weffort, para a própria identidade nacional. Coisa que se torna cada vez mais desafiadora por causa da globalização. Mas que é, ao mesmo tempo, uma

atividade que requer uma produção. Essa produção é empresarial, é industrial.

Essa capacidade que tem o cinema de atravessar, num corte seccional, vários setores da sociedade, é que torna atraente e difícil a realização cinematográfica.

Mas nós temos visto que alguns países têm conseguido definir políticas que têm sido consistentes. A França, talvez, tenha sido o país que mais conseguiu manter uma atividade ativa, a despeito de que, também na França, existe a presença hegemônica do cinema americano. Todo mundo hoje é americano, é hegemônico. Mas isso não quer dizer que nós tenhamos que nos conformar com a hegemonia, no sentido de que nós não vamos afirmar as nossas identidades e os nossos interesses. A França tem conseguido alguma coisa, mas ainda assim creio que é uma participação relativa do cinema francês no mercado, na França. Fora da França é menor ainda. No mercado americano é menor ainda.

Outros cinemas têm mantido, também, essa capacidade. Vê-se que a Índia tem uma indústria cinematográfica que, pelo menos dentro da Índia, mantém uma atividade importante. Até o Irã. Nós mesmos já assistimos a filmes iranianos de boa qualidade, aqui. Suponho que o Irã não seja um país que tenha maior capacidade do que o Brasil, no que diz respeito à capacidade empresarial. Criatividade depende das pessoas, às vezes elas têm mais, às vezes têm menos, mas a atividade empresarial não deve ser maior do que a nossa.

Nós, agora, estamos entrando neste novo momento da História do Brasil, da indústria brasileira, que está auspiciosa nesses últimos meses e espero que nos próximos anos.

Mas no novo momento, também, do mundo em que nós estamos redefinindo as participações relativas da várias economias, não há nenhuma razão para o Brasil encolher a cabeça e deixar de pensar grande.

Então, convidei-os para participarem desta comissão, que é inteminerial e tem a presença ativa dos setores cinematográficos, com o desafio de pensar grande. Eu espero que esse desafio seja realizado a

tempo – seis meses são um tempo longo –, talvez seja possível até antecipar esse processo. Conheço alguns dos que estão aqui, eu li textos de quase todos os que aqui estão presentes, que escreveram a respeito da matéria. Sem falar do Ministro Francisco Weffort, que, de vez em quando, ainda recentemente me deu uma longa conferência – não sei se ele já fez ou vai fazer – e muito interessante, sobre a cultura amazônica, em que a questão do cinema era uma questão principal.

De modo que conheço a força do pensamento dos Senhores, os que ainda não escreveram o que pensam vão ter muita força para escrever, pensar e colocar no ar. Porque aqui tem Ministro, como o das Comunicações, que é fortíssimo, mandando nas Comunicações. De modo que vai estar à disposição, também, de todos nós para poder difundir tudo isso que nós estamos fazendo.

Que tenham muito êxito na tarefa.

Muito obrigado.